

OS IMPACTOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL SOBRE AS RECEITAS DOS IMPOSTOS REFERENTE AO ART. 156, INCISO II DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EM SANTA CATARINA, NO PERÍODO DE 1997 A 2011: UMA ANÁLISE A PARTIR DA MESORREGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Rogélio Gerônimo dos Santos¹

Sidnei Pereira do Nascimento²

Marcio Marconato³

Área Temática: Finanças e Economia do Setor Público

RESUMO: As arrecadações das receitas tributárias fazem-se necessária para fazer frente às despesas com serviços característicos de Estados que são demandados pela sociedade. Dessa forma o objetivo deste estudo é aferir o comportamento das receitas *per capita* do Imposto sobre Transferências de Bens Imóveis (ITBI) entre a mesorregião da Grande Florianópolis e as demais mesorregiões do Estado de Santa Catarina, no período de 1997 a 2011, sob os impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Para isso, utiliza-se o modelo econométrico de Ajuste de Poligonais para medir se houve quebra estrutural das seis mesorregiões, em 2004 e identificar o comportamento das receitas do ITBI no segundo período a partir da mesorregião da Grande Florianópolis comparadas às demais. O Índice de Gini foi necessário para examinar se, no período avaliado, houve concentração ou desconcentração das receitas oriundas do ITBI. Os resultados econométricos demonstraram que as demais mesorregiões do Estado, juntamente com a mesorregião da Grande Florianópolis não obtiveram taxas variações positivas na participação *per capita* do ITBI, no período de 2005-2011. Isso permite afirmar que não houve quebra estrutural quando se compara a mesorregião da Grande Florianópolis com as demais mesorregiões do Estado. O Índice de Gini permite visualizar variação de 14,34% no que tange à concentração dessas receitas, no período de quinze anos. Todavia, observam-se oscilações significativas durante todo o período avaliado. Constata-se ainda que as demais mesorregiões do Estado aumentaram suas receitas *per capita* do ITBI com maior intensidade da alcançadas pela mesorregião da Grande Florianópolis, no período de 2005-2011, mesmo que os resultados econométricos não mostraram quebra estrutural, a partir de 2005.

PALAVRAS-CHAVE: Receitas *per capita* do ITBI. Lei de Responsabilidade Fiscal. Mesorregião da Grande Florianópolis.

1 INTRODUÇÃO

Os recursos financeiros, frutos da arrecadação tributária, têm como finalidade garantir a oferta de serviços à população. Segundo Riani (1997), os gastos públicos são uma escolha política dos governos no que se refere aos serviços que são prestados à sociedade. Giambiagi

¹ Economista e Mestre em Economia Regional, pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Servidor Público da Prefeitura Municipal de Londrina. Professor de Finanças Públicas e Licitações em Cursos de Especialização. E-mail: rogelio1974@sercomtel.com.br.

² Economista graduado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Mestre em Economia pela Universidade de Brasília (UNB) e Doutor em Economia Aplicada pela ESALQ/USP. Professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: sidnei@uel.br.

³ Economista pela Universidade de Ponta Grossa (UEPG) e Mestrando pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: joaofelemna@yahoo.com.br.

e Além (2000) observam que os administradores públicos, quando fazem essas escolhas, deixam alguns grupos insatisfeitos. Dessa forma, os recursos oriundos dos impostos tem a finalidade, dentre outras, de preencher as lacunas das falhas de mercados. Os desafios dos gestores públicos são de minimizar os impactos negativos, buscando o máximo de eficiência entre os agentes financiadores e os que necessitam desses serviços ofertados pelo Estado.

O Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) é de competência dos municípios, delegado através do art. 156, inciso II da Constituição Federal de 1988. De forma geral, o fato gerador, é a transmissão de bens imóveis entre vivos (*inter vivos*), a qualquer título, por ato oneroso e a definição das alíquotas são fixadas através de lei emanadas dos municípios e não são estabelecidos tetos, mas é vedada a sua progressividade.

A problemática relacionada a este estudo diz respeito à concentração das receitas *per capita*, oriundas do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) na mesorregião da Grande Florianópolis, no período de 1997 a 2011, comparando-a com as outras mesorregiões do Estado de Santa Catarina.

O objetivo dessa pesquisa é verificar o comportamento das receitas *per capita*, oriundas do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), com análise entre a mesorregião da Grande Florianópolis e às demais mesorregiões do Estado, no período de 1997 a 2011. De forma mais específica busca-se avaliar os impactos da Lei de Responsabilidade Espacial (LRF) na arrecadação *per capita* do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) nos municípios catarinense, a partir de 2005, com todos os instrumentos de planejamento financeiro⁴ contemplados em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A escolha da mesorregião da Grande Florianópolis foi motivada pela sua importância na arrecadação do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis no Estado, que representou em 2011, 27,29% de todas as receitas originadas do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis no Estado de Santa Catarina, que corresponde a segunda maior do Estado. Todavia, a arrecadação *per capita* corresponde a maior do Estado alcançando R\$ 72,73, em 2011.

Dessa forma, alterações significativas em suas participações na arrecadação indicam informações de relevância para as demais mesorregiões do Estado. Em 2011 a mesorregião da Grande Florianópolis foi responsável por 25,05% de toda a arrecadação própria de município, que são oriundas do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) (STN, 2012).

⁴ Ver com detalhes no capítulo 2.

Para isso, foi utilizada a metodologia de análise econométrica, através dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), com o modelo de Ajuste de Poligonais e o Índice de Gini, que permitirão avaliar o perfil comportamental das receitas *per capita* do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, no período compreendido entre os anos de 1997-2011 com quebra estrutural a partir de 2005.

A hipótese deste estudo é que com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e com sua efetiva implantação, neste estudo, considerando a partir de 2005, os municípios da mesorregião de Santa Catarina aumentaram suas receitas do ITBI e a mesorregião da Grande Florianópolis alcançaram melhores resultados que as demais cinco mesorregiões do Estado de Santa Catarina, no período compreendido entre 2005-2011.

Além desta introdução, este artigo está estruturado em quatro capítulos, da seguinte forma: revisão da literatura; metodologia; descrição e análise dos resultados; e, por fim, as considerações finais.

Destaca-se a importância deste estudo no segmento ligado à gestão tributária do setor público, que tem grande relevância e interesses socioeconômicos, visto que os investimentos com recursos financeiros oriundos desses impostos são de grande importância para o crescimento e desenvolvimento dos municípios. Ainda corrobora para implantação de políticas governamentais, que visam melhorar a arrecadação tributária municipal.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O Estado de Santa Catarina situado na região sul do país, faz fronteira geográfica com a Argentina a oeste. Ao norte faz divisa com o Estado do Paraná. Ao sul faz fronteira com o Estado do Rio Grande do Sul e a leste é banhado pelo Oceano Atlântico (IBGE, 2013).

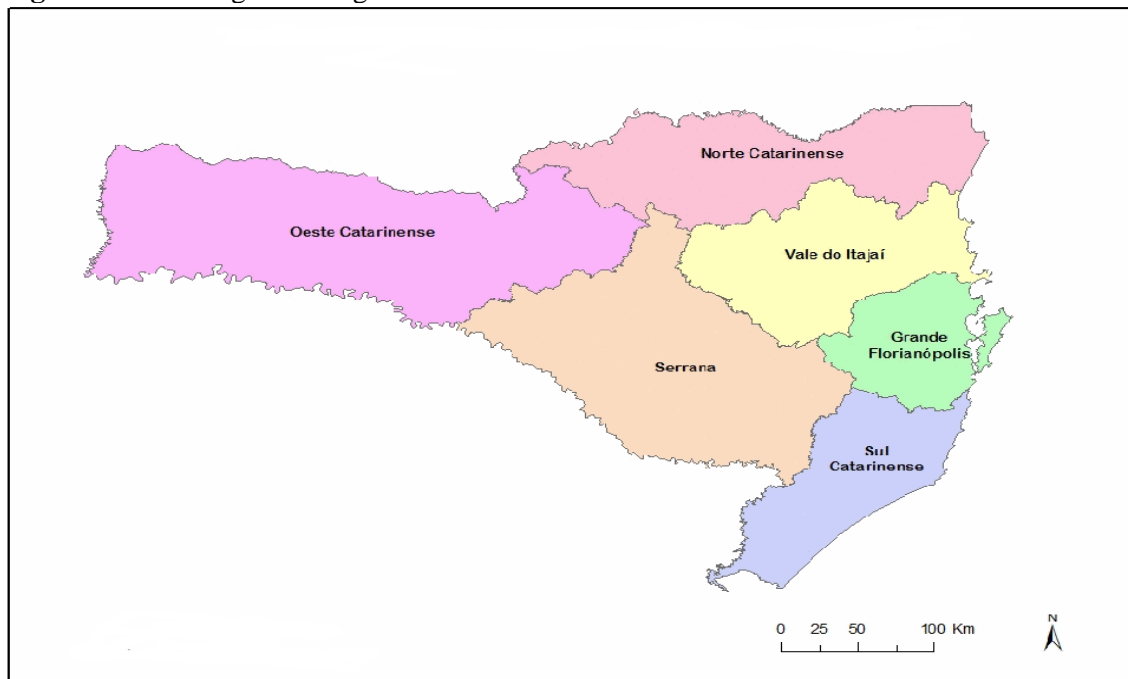
Com 293 municípios o Estado de Santa Catarina consta com aproximadamente de 95 mil quilômetros quadrados que equivale ao vigésimo estado brasileiro em área territorial. Em 2010 apresentou uma população de 6,6 milhões habitantes, que garante ao Estado a décima primeira colocação. Em 2011 alcançou o sexto Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, R\$ 169 bilhões 34,1% do PIB pertence ao setor industrial, 59,2% ao setor de serviços e 6,7% ao agropecuário, e o quinto PIB *per capita*, correspondente à R\$ 26.760,82. (IBGE, 2013).

Os maiores municípios em termos populacionais são Joinville, Florianópolis, Blumenau, São José e Criciúma todos estes municípios possui população acima de 200 mil habitantes. A população do Estado é formada por descendentes de várias etnias: portugueses, alemães, italianos, poloneses, índios e africanos. Segundo a Pesquisa nacional por Amostra de

Domicílio (PNAD), em 2009 a população do Estado era composta por 85% de brancos. (IBGE, 2013).

O Estado de Santa Catarina é dividido geograficamente em seis mesorregiões, conforme ilustra a Figura 1: mesorregião da Grande Florianópolis⁵, mesorregião Norte Catarinense⁶, mesorregião Oeste Catarinense⁷, mesorregião Serrana⁸, mesorregião Sul Catarinense⁹ e mesorregião Vale do Itajaí¹⁰ (IBGE, 2013).

Figura 1: Mesorregiões Geográficas de Santa Catarina.



Fonte: Baixar Mapas (2013). Alterado pelo autor, com auxílio do *Software Paint*, com base cartográfica do IBGE.

2.1 CARACTERÍSTICAS DA MESORREGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

A mesorregião Metropolitana da Grande Florianópolis é constituída por vinte e um municípios, que correspondem a aproximadamente a 7,5% do território estadual, com uma população em 2010, de aproximadamente 1 milhões de habitantes equivalente a 16% da população total de Santa Catarina. Em relação à situação de domicílios em torno de 92% encontra-se na área urbana. Dos vinte e um municípios que compõem a mesorregião,

⁵ Formada por três microrregiões: Florianópolis; Tabuleiro e Tijucas.

⁶ Formada por três microrregiões: Canoinhas; Joinville e São Bento do Sul.

⁷ Formada por cinco microrregiões: Chapecó; Concórdia; Joaçaba; São Miguel do Oeste e Xanxerê.

⁸ Formada por duas microrregiões: Campos de Lages e Curitibanos.

⁹ Formada por três microrregiões: Araranguá, Criciúma e Tubarão.

¹⁰ Formada por quatro microrregiões: Blumenau, Itajaí, Ituporanga e Rio do Sul.

Florianópolis aparece com mais de 420 mil habitantes, seguidos de São Jose que alcançou mais de 210 mil habitantes e Palhoça com aproximadamente 130 mil. Dos demais municípios apenas Biguaçu está acima de 50 mil habitantes (IBGE, 2012).

Essa mesorregião é agrupada em três microrregiões denominadas de Florianópolis, Tabuleiro e Tijucas. Geograficamente faz fronteira ao norte e noroeste com a mesorregião Vale do Itajaí, ao oeste e sudoeste com a mesorregião Serrana, ao sul com a mesorregião Sul Catarinense e à leste com Oceano Atlântico.

Essas microrregiões são formadas da seguinte forma: microrregião de Florianópolis é constituída pelos municípios de Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, São José, São Pedro de Alcântara. Apenas os municípios de Florianópolis, São Jose e Palhoça detêm juntos 77% da população da mesorregião; microrregião de Tabuleiro, formada pelos municípios Águas Mornas, Alfredo Wagner, Anitápolis, Rancho Queimado e São Bonifácio; e por fim a microrregião de Tijucas é formada pelos municípios de Angelina, Canelinha, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, São João Batista e Tijucas (SST, 2013).

O comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) da Grande Florianópolis nos últimos quinze anos é marcado por forte concentração regional na microrregião de Florianópolis que ficou em 90%. Portanto, tem mostrado um crescimento econômico estável, nos patamares de crescimento do Estado. A participação dos setores econômicos sobre o Valor Acrescentado Bruto (VAB)¹¹ em 2010 ficou dividido da seguinte forma: serviços com 78%; indústria com 20% e agropecuário com apenas 2% (SST, 2013).

2.2 IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

O objeto deste estudo, o Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), de competência municipal, é um dos três impostos que formam a tríade junto com o Imposto sobre a Propriedade Territorial e Urbana (IPTU) e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). O ITBI é um imposto de transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição (BRASIL. Constituição 1988 - art. 156, inciso II).

¹¹ O Valor Adicionado Bruto é uma das vertentes do balanço social que tem como objetivo principal apresentar a riqueza que a empresa gerou, bem como a forma de distribuição. É a riqueza que a empresa agrega durante seu processo operacional e a forma como é distribuído entre pessoal, financiadores de capital e governo (FERRAZ; SANTOS, 2009).

Oliveira (2009) lembra que a Emenda Constitucional nº 5/1961, dividiu a competência do *causa mortis* e do *inter vivos*, que era de competência exclusiva dos Estados a sua cobrança, que então passou a ser de competência dos Municípios, os poderes de instituir, fixar alíquotas e estabelecer normas de cobrança de transmissão de imóveis sobre as transações *inter vivos*. A competência dos Estados ficou com o imposto incidente sobre a transmissão *causa mortis*. Conti (1999) vai além e observa que o imposto sobre transmissão de bens imóveis apareceu no Direito Brasileiro em 1809, denominado de SISA¹², tendo a previsão constitucional a partir de 1891, outorgando aos Estados a competência de sua arrecadação.

Conforme dispõe a Constituição vigente são três as hipóteses de incidência do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI): a) a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física; (b) a transmissão de direitos reais sobre imóveis, excetos os de garantias; e (c) a cessão de direitos à sua aquisição (BARRETO, 2009).

Os sujeitos ativos do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), segundo Oliveira (2009), são os municípios e o Distrito Federal (art. 156, inciso II e art. 147 da CF/88). Barreto (2009) observa que o sujeito passivo é aquele de quem se deve exigir o pagamento do imposto.

Conforme descreve o Código Tributário Nacional (CTN) o fato gerador é o acontecimento expresso na norma jurídica legal como necessária e suficiente, normatizado por lei municipal (art.114 do CTN). Marinho (2012) lembra que o Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) é ainda um dos poucos tributos no Brasil cujo lançamento é realizado por declaração do adquirente do imóvel à Fazenda Pública Municipal.

A base de cálculo do ITBI é o valor venal dos bens e direitos transmitidos conforme art. 38 do CTN. Oliveira (2009, p. 242) entende que a base de cálculo é “o valor que se obteria no caso de a transação efetuar em condições normais”. Barreto (2009) lembra que a base de cálculo é estabelecida por lei, que por sua vez define e fixa a sua base para se aplicar a alíquota correspondente.

Quanto às alíquotas, elas são fixadas através de lei municipal e não é estabelecido qualquer teto para tributação, segundo Barreto (2009). Oliveira (2009) afirma que é vedada a aplicação da progressividade no Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e que o Supremo Tribunal Federal (STF), mediante súmula já se manifestou contrário à progressividade do imposto que, em outra época, foi tributado dessa forma por alguns

¹² SISA era o valor cobrado por transações imobiliárias que significava – Serviço de Imposto de Sua Alteza.

municípios. Todavia, observa-se que não há impedimentos de estabelecer, através de lei, diferentes alíquotas sobre os valores de imóveis adquiridos com recursos financeiros próprios ou por financiamento bancário.

2.3 A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO

A Lei Complementar 101/2000, conhecida por Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tem como objetivo estabelecer normas de finanças públicas voltadas para responsabilidades na gestão fiscal.

A gestão fiscal implica na ação planejada e clara em que se antecipam os riscos e ajustam anormalidades capazes de afetar o equilíbrio das finanças públicas, mediante cumprimento de metas pré-estabelecidas nos instrumentos de planejamento financeiro entre receitas e despesas e à obediência aos limites e condições no que tange a renúncia de receitas.

Lino (2001) observa que com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) o modelo de gestão da “máquina pública” pautada no *welfare state*¹³ deveria ser definitivamente encerrado. Dias (2009) argumenta que a forma intervencionista na gestão pública fundamentada na teoria econômica *Keynesiana* deveria ser substituída pela corrente neoliberal. Dessa forma, o governo federal buscou executar, principalmente no período entre 1994-2002, uma política econômica pautada na austeridade fiscal, seguindo o modelo de normas financeiras do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Nesse contexto, em 2005, foram empossados os prefeitos para a primeira gestão com os três instrumentos de planejamento financeiro nas normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Diferente do cenário de seus antecessores, empossados em 2001, que assumiram suas respectivas administrações com esses instrumentos já elaborados pelo Executivo e aprovados pelo Legislativo, sem as exigências previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Este foi o motivo para escolha do início do segundo período ser o ano de 2005.

Conforme observa Andrade (2006) o processo de planejamento público inicia-se com o Plano Diretor¹⁴. Todavia, na área financeira¹⁵ os três instrumentos de planejamento são: O Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei de Orçamento Anual (LOA). Esses instrumentos levam à eficiência na gestão da “máquina pública” e foram

¹³ Política do bem estar social que tem como foco a relação Estado e economia. Essa é a definição dada pelos economistas políticos do século XIX (ESPING-ANDERSEN, 1991).

¹⁴ O Plano Diretor é exigido apenas aos municípios com mais de 20.000 habitantes.

¹⁵ O PPA, LDO e a LOA são instrumentos de planejamento financeiros para todos os municípios independentes do número de habitantes.

ratificados a sua importância com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), dando ênfase no controle e transparência das finanças e na responsabilização dos gestores.

O Plano Plurianual (PPA) expressa o planejamento e tem como finalidade principal conduzir os gastos públicos de forma racional. Sua importância reside no fato de dar as diretrizes aos governos quanto à realização de despesas de capital, além dos programas de natureza continuada: coleta de lixo, segurança, saúde, educação, dentre outros.

A Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), introduzida no Direito Financeiro pela Constituição de 1988, faz o elo entre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Orçamento Anual (LOA). Em outras palavras, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) prioriza as principais metas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) para serem executadas no orçamento anual. A Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) deverá, além de definir as prioridades e nortear a elaboração da Lei de Orçamento Anual (LOA), também dispõe sobre políticas de pessoal e as alterações na legislação tributária. Dessa forma, quando a Administração pretende alterar a norma tributária do exercício seguinte, deverá indicar as intenções na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), pois acarretam reflexos no total de recursos financeiros com os quais o poder público poderá contar no ano seguinte (ANDRADE, 2006).

A Lei de Diretrizes Orçamentária (LOA) revestida por atos formais prevê as receitas e fixa as despesas que serão realizadas no período de um ano, sendo facultado aos agentes públicos realizar as despesas que na Lei de Diretrizes Orçamentária (LOA) estão fixadas, sem temer sanções administrativas ou judiciais. Por isso é chamada de lei autorizativa e não impositiva (ANDRADE, 2006).

Como ressalta Andrade (2002) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA) é a materialização do planejamento que expressa seus programas de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos, bem como a natureza e o montante das despesas a serem efetuadas.

3 METODOLOGIA

As variáveis usadas nesta pesquisa, no período compreendido entre os anos de 1997 a 2011, tiveram como fonte de informações a Secretaria do Tesouro Nacional (STN, 2012), atualizado pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPC-A) a valores de 2011 (IBGE, 2012). A escolha do IPC-A ocorre em virtude de ser o índice de preço que o Banco Central (BACEN) usa como parâmetro para acompanhamento das metas de inflação.

Para atender o objetivo desse estudo será usado o modelo econométrico denominado Ajuste de Poligonais que tem como finalidade de comparar o comportamento das receitas *per capita* oriundas do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), em dois períodos – 1997-2004 e 2005-2011 – comparando a mesorregião da Grande Florianópolis com as demais mesorregiões do Estado. Por fim, foi calculado o Índice de Gini para medir a concentração da arrecadação do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) no Estado de Santa Catarina, no período compreendido entre 1997 a 2011. Para melhor compreensão da metodologia foi dividido em dois subcapítulos:

3.1 VARIÁVEIS E MODELO ECONOMETRICO

Para aferir os resultados comparativos entre a mesorregião da Grande Florianópolis com as demais mesorregiões do Estado de Santa Catarina foi adotado o modelo econométrico de Ajuste de Poligonais usado por Nascimento (2008). O Ajuste de Poligonais foi aperfeiçoado do modelo de diferenças e diferenças (dif-dif) apresentado, por exemplo, em Wooldridge (2001). O modelo, conforme ressalta Angrist e Krueger (1999), é limitado, pois não permite captar tendências de comportamento entre dois períodos avaliados e podem, dessa forma, afetar a análise dos resultados. Surge, assim, a necessidade do ajuste de poligonais que capta possíveis alterações na tendência das séries.

A utilização do modelo de regressão linear múltipla de Ajuste de Poligonais se fez necessária para detectar mudanças e tendências de alterações das variáveis entre os dois períodos -1997-2004 e 2005-2011 - e entre os dois grupos analisados, mesorregião da Grande Florianópolis como grupo de controle e demais mesorregiões, grupo de tratamento.

O modelo de Ajuste das Poligonais (NASCIMENTO, 2008)¹⁶:

$$Y_i = \alpha_0 + \beta_0 T + \varphi_0 P_i(T - \Theta) + \alpha_1 L_i + \beta_1(T \times L) + \varphi_1 P_i(T - \Theta)L_i + \mu_i \quad (1)$$

Temos que:

- Y_i é a participação percentual da mesorregião da Grande Florianópolis no conjunto das demais mesorregiões do Estado de Santa Catarina da arrecadação do ITBI;

¹⁶ O modelo econométrico de Ajuste das Poligonais foi usado por Nascimento (2008) em defesa da tese para obtenção de título de doutorado na Universidade de São Paulo, intitulada de “**Guerra fiscal: uma avaliação com base no PIB, nas receitas de ICMS e na geração de empregos, comparando os estados participantes e não participantes**”.

- P_i representa a binária que é igual a zero no primeiro período e igual a um no segundo;
- T representa uma variável de tendência;
- Θ representa a abscissa do vértice, que neste modelo é o ano que delimita o período anterior (1997-2004) e o posterior (2005-2011), onde ocorre a mudança de tendência. Então, Θ é igual a 2004, o ano da quebra de estrutura;
- L_i representa a binária definida como zero para o grupo de controle e um para o grupo de tratamento. Nessa pesquisa, o grupo de controle é identificado como mesorregião da Grande Florianópolis e o grupo de tratamento as demais mesorregiões;
- $\alpha_0, \alpha_1, \beta_0, \beta_1, \varphi_0$ e φ_1 são os coeficientes;
- μ_i representa o erro aleatório;
- i indica um determinado ano.

Para simplificação deste estudo foram avaliados apenas os coeficientes φ_0 e φ_1 respectivamente das variáveis $P_i(T - \Theta)$ e $P_i(T - \Theta)L_i$. O φ_0 mostra a taxa média anual de aceleração do crescimento *per capita* do ITBI do grupo de tratamento e do grupo de controle, no segundo período, ou seja, se houve mudanças de comportamento nos dois grupos (controle e tratamento), no segundo período, compreendido entre 2005 a 2011. O φ_1 estima se a taxa média anual de aceleração do crescimento *per capita* do ITBI do grupo de tratamento, no segundo período, em relação ao grupo de controle. Entretanto, para aferir os resultados é necessário montar o modelo econométrico com todas as variáveis da equação 1. Observa-se o diagnóstico dos coeficientes do modelo sempre que for mencionada taxa média, trata-se de uma taxa aritmética de variação e não da taxa geométrica. Essa taxa mostra a variação média da arrecadação *per capita* do ITBI.

3.2 ÍNDICE DE GINI

Através do Índice de Gini, calcula-se a desigualdade de uma distribuição qualquer. Este coeficiente varia entre 0 a 1. Quanto mais perto de zero, representa uma distribuição mais significativa, ou seja, no caso deste estudo, um valor de zero significaria uma distribuição uniforme da arrecadação do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) em todo

Estado de Santa Catarina. Já um coeficiente no valor de 1 apontaria uma concentração da distribuição do Imposto para apenas uma mesorregião do Estado.

Conforme Hoffman (2006), o Índice de Gini pode ser obtido pela seguinte forma:

$$G = 1 - \left\{ \left[\sum_{i=1}^n (\Phi_{i-1} + \Phi_i) \right] \div n \right\} \quad (2)$$

onde:

- G é o Coeficiente de Gini;
- i são os extratos;
- Φ_i é o valor da proporção acumulada das receitas até o extrato i ;
- n representa o número de extratos da população e da receita;

O cálculo do Índice de Gini objetiva avaliar o comportamento da arrecadação do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), no período de 1997-2011, no Estado De Santa Catarina, no que tange à sua concentração.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos com as regressões do modelo de Ajuste de Poligonais estão descritos na Tabela 1, que exhibe os coeficientes dos resultados das regressões da mesorregião da Grande Florianópolis com as demais mesorregiões de Santa Catarina. As inferências estatísticas foram realizadas com 30 observações, 5 graus de liberdades no numerador e 24 graus de liberdade no denominador, com significância estatística de até 10%. Os coeficientes de determinação indica que as variáveis independentes explicam pelo menos 72% de Y_i . Quanto ao comportamento da concentração das receitas oriundas do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), obtida através do Índice de Gini, está exibido na Figura 2.

4.1 RESULTADOS ECONOMETRICOS

A Tabela 5 exhibe os coeficientes φ_0 e φ_1 respectivamente das variáveis $P_i(T - \Theta)$ e $P_i(T - \Theta)L_i$. Como exposto anteriormente na Tabela 4 o coeficiente φ_0 mostra a taxa média anual de aceleração do crescimento *per capita* do ITBI do grupo de tratamento e do grupo de controle, no segundo período, ou seja, se houve mudanças de comportamento nos dois grupos, no segundo período, compreendido entre 2005 a 2011. O coeficiente φ_1 mostra a taxa média anual da aceleração do crescimento *per capita* da arrecadação do ITBI do grupo de controle,

mesorregião da Grande Florianópolis comparada às demais mesorregiões do Estado, grupo de tratamento. Dessa forma será realizada uma análise descritiva desses resultados.

Tabela 1 – Resultados das Regressões da Mesorregião da Grande Florianópolis x Demais Receitas *per capita* do ITBI da Mesorregião da Grande Florianópolis x Demais

Mesorregião	ϕ_0	Sig*	Mesorregião	ϕ_1	Sig*
Norte	-1,38	1%	Norte	2,76	1%
Oeste	-0,64	NS**	Oeste	1,28	5%
Serrana	-0,27	NS**	Serrana	0,55	10%
Sul	-1,15	5%	Sul	2,30	1%
Vale do Itajaí	-1,09	10%	Vale do Itajaí	2,19	2%

Fonte: Elaborado pelos Autores.

*Significância estatística em até: 1%; 2%; 5%; 10% e

**Não Significativo.

Os resultados mostram que a taxa média anual de aceleração do crescimento *per capita* do ITBI da mesorregião da Grande Florianópolis com as demais mesorregiões do Estado foram negativas: Norte com 1,38%; Sul com 1,15%; Vale do Itajaí com 1,09%. Com relação às mesorregiões Oeste e Serrana os estimadores não foram estatisticamente significativos. Os resultados mostram que as mesorregiões Norte, Sul e Vale do Itajaí, a partir da mesorregião da Grande Florianópolis, não aumentaram suas receitas do ITBI, no segundo período, ou seja, não houve mudanças de comportamento nos dois grupos (controle e tratamento).

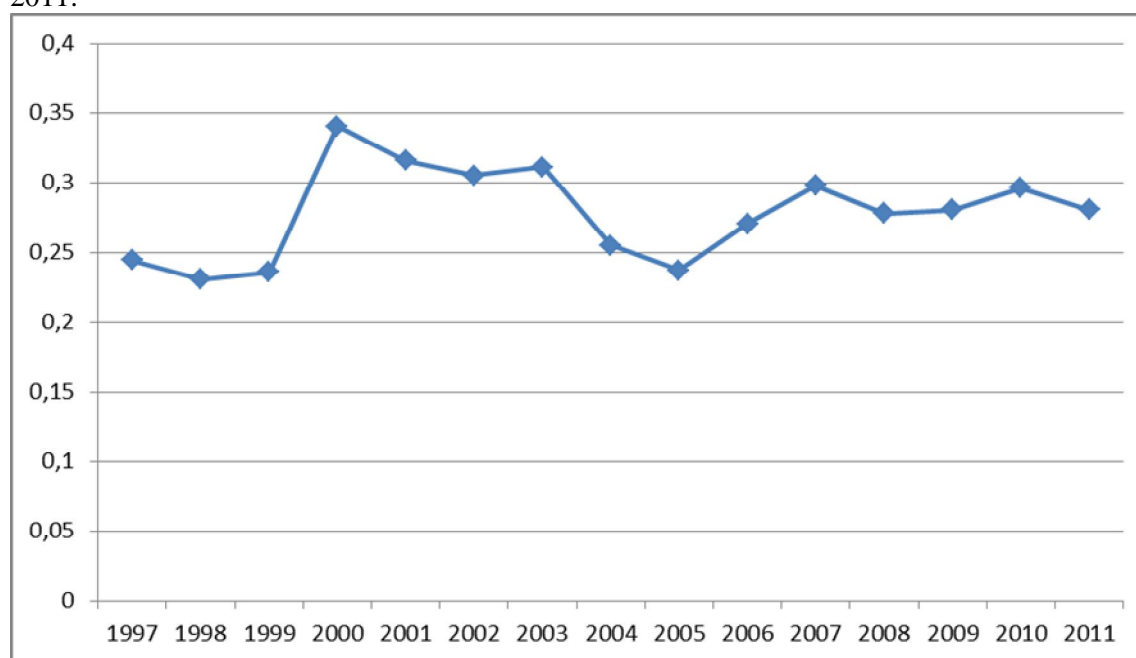
Os resultados também mostram que a aceleração na taxa anual de crescimento das receitas *per capita*, oriundas do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) nas cinco mesorregiões do Estado de Santa Catarina são superiores que à aceleração da taxa de crescimento da mesorregião da Grande Florianópolis, no segundo período. Na mesorregião Norte, onde o coeficiente mostra que a aceleração média anual na taxa de crescimento da participação percentual nas receitas *per capita* do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) foi superior à da mesorregião da Grande Florianópolis em 2,76%. Com as demais mesorregiões a aceleração do crescimento, no segundo período, foi superiores ao da Grande Florianópolis da seguinte forma: mesorregião Oeste: 1,28%; mesorregião Serrana: 0,55%; mesorregião Sul: 2,30%; mesorregião Vale do Itajaí: 2,19%.

4.2 RESULTADOS DO ÍNDICE DE GINI

A Figura 2 mostra a curva do Índice de Gini da arrecadação do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) em Santa Catarina, no período de 1997 a 2011. Quando se analisa o grau de concentração do Índice verifica-se que no período de 1997 a 2011, se manteve praticamente o mesmo.

Houve significativas oscilações nos dois períodos, todavia as variações nos período não foram muito significativas, principalmente no primeiro, que variou 4,36%, no período compreendido entre 1997-2004, passando de 0,2443 para 0,2550. No segundo período, o Índice passou de 0,2369, em 2005 para 0,2806 com variação positiva de 18,45%. Com esses resultados é possível dizer que houve, no período total, uma razoável concentração da arrecadação do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) no Estado de Santa Catarina, com variação positiva de 14,83% em 15 anos.

Figura 2: Índice de Gini da Arrecadação do ITBI em Santa Catarina entre os anos de 1997-2011.



Fonte: Dados STN (2012), elaborado pelos Autores.

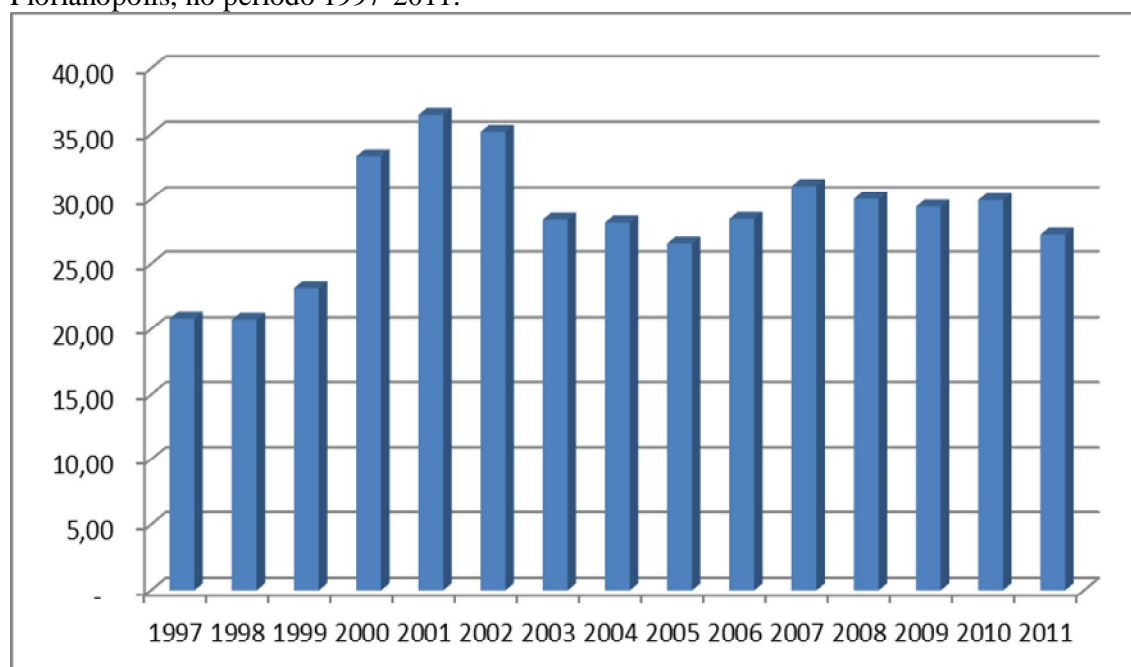
4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para subsidiar o entendimento do comportamento das receitas do ITBI no Estado de Santa Catarina, no período de 1997-2011, a Figura 3 ilustra o comportamento dessas receitas durante o período estudado neste artigo, na mesorregião da Grande Florianópolis comparada às demais mesorregiões do Estado, alcançando seu ápice em 2001 com 36,45% do total da arrecadação do ITBI em Santa Catarina. Em 1997 as receitas do Imposto Sobre Transmissão

de Bens Imóveis (ITBI) correspondiam a 20,84% do total dessas receitas no Estado de Santa Catarina, chegando em 2004 a 28,21. Em 2007 alcançou 31,02% e em 2011 à 27,29%.

Em 2009 a Caixa Econômica Federal, através da Lei 11.977, implementou o “Programa Minha Casa Minha Vida”, que permitiu parcerias com os estados, municípios, empresas e movimentos sociais visando a construção 2 milhões de novas casas e apartamentos para a população. Entretanto, esse programa visava atender apenas os municípios acima de 50 mil habitantes (CEF, 2013).

Figura 3: Participação das Receitas Oriundas do ITBI da Mesorregião da Grande Florianópolis, no período 1997-2011.



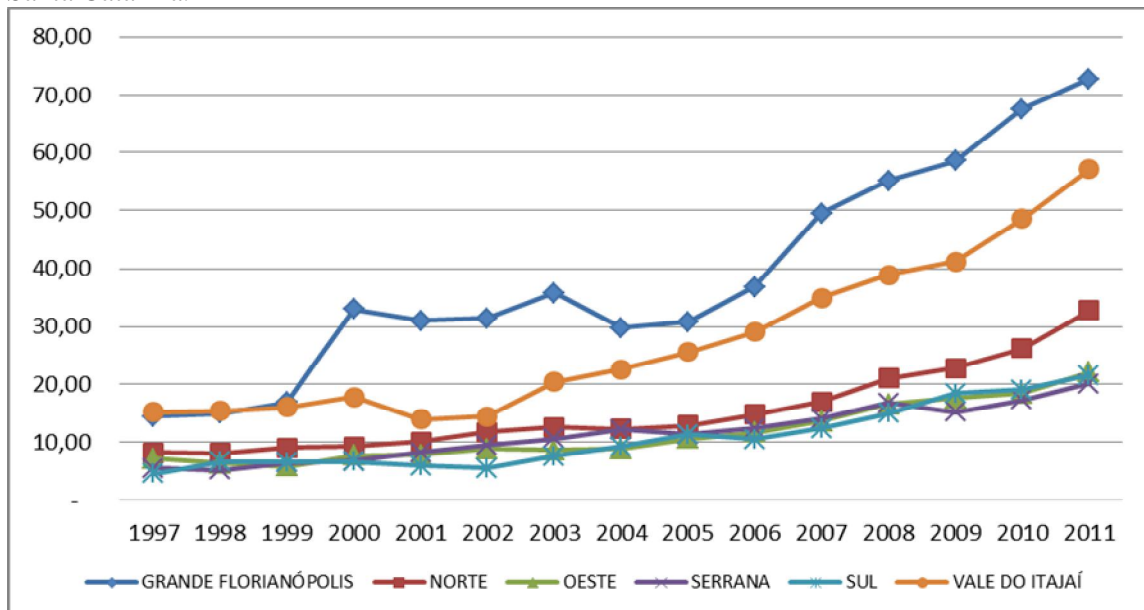
Fonte: Dados do STN (2012), elaborado pelos Autores.

Das vinte e sete cidades com acima de 50 mil habitantes no Estado de Santa Catarina apenas quatro pertencem à mesorregião da Grande Florianópolis que equivale a 14,81% do total do Estado (IBGE, 2012). Assim, o “Programa Minha Casa Minha Vida” não influenciou na expansão na construção civil nessa Mesorregião. Comparando a participação das cidades acima de 50 mil habitantes nas seis mesorregiões de Santa Catarina, obtêm-se os seguintes resultados - mesorregião Norte: 18,51%; mesorregião Oeste: 7,40%; mesorregião Serrana: 3,70%; mesorregião Sul: 22,22%; mesorregião Vale do Itajaí: 33,33%.

A Figura 4 exibe a evolução da arrecadação *per capita* do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) em Reais, no período de 1997 a 2011 referentes às seis mesorregiões do Estado de Santa Catarina. A Figura 4 mostra que no triênio 1997-1999 a

arrecadação *per capita* do ITBI das mesorregiões da Grande Florianópolis e Vale do Itajaí se manteve praticamente no mesmo patamar em aproximadamente em R\$ 15,00. Todavia em 2000 a mesorregião da Grande Florianópolis alcançou R\$ 32,95 e a mesorregião Vale do Itajaí subiu para apenas R\$ 17,72. Em 2004, as mesorregiões da Grande Florianópolis e Vale do Itajaí obtiveram respectivamente R\$ 29,80 e R\$ 22,54. Em 2011 a mesorregião da Grande Florianópolis conseguiu arrecadação *per capita* de R\$ 72,73 e a mesorregião vale do Itajaí alcançou R\$ 57,07, que corresponde uma variação, no segundo período, respectivamente de 135,64% e 123,82%. As mesorregiões da Grande Florianópolis e Vale do Itajaí variaram no primeiro período, respectivamente 105,7% e 48,53%. Esses dados mostram que a mesorregião da Grande Florianópolis alcançou valores superiores nos dois períodos. Todavia a mesorregião Vale do Itajaí que havia variado no período de 1997-2004 apenas 48,53%, o pior resultado, alcançou a variação no segundo período de 123,82%, a terceira maior variação.

Figura 4: Arrecadação *Per Capita* do ITBI em Reais, no Período de 1997-2001, no Estado de Santa Catarina.



Fonte: Dados do STN (2012), elaborado pelos Autores.

Nesse contexto não se pode desconsiderar a eficiência da mesorregião Vale do Itajaí de aumentar suas receitas. Fica-se evidente, que a mesorregião Vale do Itajaí que corresponde por 1/3 dos municípios com mais de 50 mil habitantes obteve êxito em aumentar as arrecadações do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado do Índice de Gini não demonstrou quebra estrutural no processo de concentração das receitas, oriundas do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) das seis mesorregiões da Santa Catarina. Todavia, mostrou aumento da concentração em 15,83% no período de 15 anos. No período avaliado houve intensas oscilações, com picos positivos em 2000, 2003 e 2008. Em 2005 alcançou o menor patamar com pico negativo.

Os resultados econométricos indicam que não houve quebra estrutural do comportamento das receitas oriundas do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), a partir da mesorregião da Grande Florianópolis conjuntamente com as demais mesorregiões do Estado de Santa Catarina, no período de 2005-2011.

Os resultados também mostram que a aceleração na taxa anual de crescimento das receitas *per capita*, oriundas do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) nas cinco mesorregiões do Estado de Santa Catarina são superiores à aceleração da taxa de crescimento da mesorregião da Grande Florianópolis, no segundo período.

Os resultados econométricos mostram que todas as mesorregiões do estado obtiveram, no segundo período, taxas positivas de crescimento na participação média nas receitas oriundas do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) comparadas à mesorregião da Grande Florianópolis. As Mesorregiões que apresentaram as melhores taxas de participações positivas na arrecadação do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) foram nessa ordem: mesorregião Norte; mesorregião Sul, mesorregião Vale do Itajaí; mesorregião Oeste; e mesorregião Serrana.

A mesorregião Oeste apesar de ser compostas por cento e dezessete municípios possui apenas duas cidades acima de 50 mil habitantes. Ao inverso, aparecem as mesorregiões Sul e Vale do Itajaí, respectivamente com apenas quarenta e seis e cinquenta e cinco municípios, entretanto a mesorregião Sul possui seis cidades acima de 50 mil habitantes e a mesorregião Vale do Itajaí possui 9 municípios com mais de 50 mil habitantes. A mesorregião da Grande Florianópolis com 20 município possui 4 municípios com mais de 50 mil habitantes. A mesorregião Serrana com trinta municípios aparece com apenas uma cidade com acima de 50 mil habitantes (IBGE, 2012).

As mesorregiões que são compostas por mais municípios acima de 50 mil habitantes tendem a arrecadar mais impostos oriundos ITBI, pois são beneficiadas com a implantação do “Programa Minha Casa Minha Vida”, promovido pela Caixa Econômica Federal, através da Lei 11.977, pois essa lei permitiu parcerias com os estados, municípios, empresas e movimentos sociais e visava construir casas e apartamentos para a população. Entretanto, esse

programa visava atender apenas os municípios com população acima de 50 mil habitantes. Os resultados obtidos convergem com o percentual alcançado das cidades acima de 50 mil habitantes. Os piores resultados foram da mesorregião Oeste e Serrana que possuem respectivamente, 1,70% e 3,33% de municípios acima de 50 mil habitantes.

Dessa forma, os resultados do Índice de Gini e econométricos não confirmam as hipóteses deste artigo, ou seja, com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), os municípios formados conjuntamente pela mesorregião da Grande Florianópolis e as demais mesorregiões do Estado não sofreram influências da LRF. Ainda, esperava-se que a mesorregião da Grande Florianópolis obteria crescimentos superiores às demais mesorregiões do Estado, todavia ocorreu o inverso, ou seja, as demais mesorregiões alcançaram crescimentos superiores à mesorregião da Grande Florianópolis, a partir de 2005.

Ressalta-se que as avaliações sobre o tema não foram esgotadas neste artigo e muitos estudos devem ser realizados para o real entendimento sobre a tributação do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). Outros estudos que comparem a dinâmica do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) com os demais impostos de competência municipal como o Imposto Predial Territorial e Urbano e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) podem ajudar a entender a dinâmica comportamental das receitas originadas do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). Portanto, com este artigo espera-se ter contribuído para um melhor entendimento da temática abordada, visto que são escassos os trabalhos sobre as receitas do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) na área das Ciências Econômicas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, N.A. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. São Paulo: Atlas, 2002.

ANDRADE, N.A. **Planejamento Governamental Para Municípios**. São Paulo: Atlas, 2006.

ANGRIST, D.J; KRUEGER, A.B. **Empirical strategies in labor economics**. Princeton: Princeton University. 1998. 89 p. (Working Paper, 401).

BARRETO, A.F. **Curso de Direito Tributário Municipal**. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

BRASIL. **Caixa Econômica Federal – CEF**. Disponível em <<http://www.caixa.gov.br>>. Consultado em 13 de agosto de 2013.

BRASIL. **Código Tributário Nacional. Constituição Federal. Legislação Tributária. Obra coletiva de autoria da Editora Revista dos Tribunais**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Consultado em 25 de outubro de 2013.

BRASIL. **Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional**. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br>. Consultado em 23 de outubro de 2012.

CONTI, J. M. **O Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI): principais questões. Jus Navigandi**. Teresina, ano 4, n. 36, 1 nov. 1999. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/1401>>. Consultado em, 27 novembro 2013.

DIAS, M.A. **James Buchanan e a “Política” na Escolha Pública**. Ponto-e-vírgula, 6: 201-217, 2009. <http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n6/artigos/pdf/pv6-16-marcoantonio.pdf>. Consultado em 14 de janeiro de 2014.

ESPING-ANDERSEN, G. **As Três Economias Políticas do Welfare State**. Lua Nova nº 24. Setembro de 1991.

FERRAZ, D. da S; SANTOS, A. dos. **A Demonstração do Valor Adicionado e Produto Interno Bruto como instrumento para obtenção de um indicador socioeconômico**. São Paulo: uspdigital, 2009.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A.C. **Finanças Públicas – Teoria e Prática no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2000.

HOFFMAN, R. **Estatística para Economistas**. 4ª Ed. São Paulo, Editora Saraiva, 2006.

LINO, P. **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal**. São Paulo: Editora Atlas S/A, 2001.

NASCIMENTO, S.P. **Guerra fiscal: uma avaliação com base no PIB, nas receitas de ICMS e na geração de empregos, comparando os estados participantes e não participantes**. 2008. (Tese para obtenção do Título de Doutorado) – Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, J.J. DE M. **Impostos Municipais: ISS, IPTU, ITBI**. São Paulo. Saraiva, 2009.

RIANI, F. **Economia do Setor Público: Uma Abordagem Introdutória**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SANTA CATARINA. **Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST**. Disponível em: <http://www.sst.sc.gov.br>. Consultado em 27/01/2014.

WOOLDRIDGE, J. **Econometric analysis of cross and panel data**. Cambridge: The MIT.